

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 12 de fevereiro de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório da CDHU - Rua Boa Vista, 170 - 2º subsolo - Centro - SP

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Carlos Eduardo Nascimento	Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE
9	Claudete Marta Hahn	Fundação Florestal
10	Claudia Helena Leite	EMPLASA
11	Gerson Salviano Almeida Filho	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT
12	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
13	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
14	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
15	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
16	Letícia Roberta Trombeta	EMPLASA
17	Luis Sérgio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde
18	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
19	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
20	Ruy Waldemar Sellmer	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
21	Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
22	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
23	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
24	Silvio Renato Siqueira	SABESP

26 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

27	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
28	Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
29	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
30	Romildo Campello	São Paulo
31	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
32	José Vieira Gonçalves	Diadema
33	Vinicius Dias Gomes	Cajamar
34	Romeu Baptista Pereira de Lemos	Guarulhos
35	José Soares Marcondes	Embu-Guaçu

37 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

38	Carolina Schers de Goes	Instituto Acqua
39	Carlos Alberto de Souza	ACISE
40	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
41	Danilo Henrique Stavro Duarte	CIESP São Bernardo do Campo
42	Dênis Duck	SASP – Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
43	Francisca Adalgisa da Silva	APU
44	Francisco Silveira	SINDAREIA

45	Hillmann Carlos Henrique Albrecht	CIESP Cotia
46	José Roberto Terassi	ACISE
47	Olavo Sachs Prates	AE SABESP
48	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
49	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
50	Sandro de Oliveira Chagas	CIESP Guarulhos
51	Shindi Kiyota	UNIÁGUA
52	Valdelis Fernandes de Andrade	SENAC
53	Virgílio Alcides de Faria	MDV-Mov. Defesa da Vida

54

55 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

56	Elias Zitune	SECOVI
57	Heitor Piccinini Filho	DIADEMA
58	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC
59	Viviana Marli de Aquino Borges	AE SABESP

60

61 **1. Abertura:** O Sr. Benedito Rafael da Silva, Presidente do CBH-AT, abriu a reunião em
62 segunda chamada após constatar a existência de *quórum*, agradecendo à Companhia de
63 Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU pela cessão do espaço. **2. Leitura,**
64 **discussão e votação da ata da 8ª Reunião Plenária Extraordinária de 2015, realizada em**
65 **09/12/15:** O Secretário, Amauri Pollachi, submeteu a ata à apreciação, sendo dispensada a
66 leitura e, com uma correção solicitada por Laura Stella (SMA) devido à duplicidade de seu
67 nome na relação de presentes. Corrigida, a Ata foi aprovada por unanimidade. **3. Expediente,**
68 **Comunicações e Ordem do Dia:** O Sr. Amauri Pollachi informou a síntese dos expedientes
69 de maior relevância da Secretaria Executiva, a seguir: (i) o Ofício recebido da FABHAT,
70 informando o encerramento do contrato do empreendimento de “Avaliação sobre indicações e
71 propostas sobre novos processos de hierarquização”, estabelecido entre a FABHAT e
72 FUNDAP, devido à recente extinção da FUNDAP mediante Lei Estadual. (ii) o recebimento o
73 Plano Diretor da cidade de São Paulo e também o Projeto de Lei 272 de 2015, que institui o
74 parcelamento e uso de ocupação do solo, encaminhados pela Prefeitura do Município de São
75 Paulo, e que foram encaminhados à Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA, que
76 atua como órgão técnico das Leis de Mananciais, para a análise de compatibilidade para com
77 as Leis Guarapiranga e Billings; (iii) a carta assinada pelos representantes da ACISE e do
78 SASP com o pedido de suspensão das reuniões das Câmaras Técnicas do CBH-AT, e
79 agendamento de reunião Plenária do CBH-AT em caráter de urgência com pauta única sobre
80 a indicação do Diretor Presidente da FABHAT. Informou que essa carta foi respondida pelo
81 OF. CBH-AT 08/2016, o qual já foi divulgado a todos os integrantes do Plenário e demais
82 instâncias do Colegiado; (iv) o ofício recebido do Ministério Público, que solicitou Parecer
83 sobre as Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da RMSF,
84 cuja resposta foi encaminhada informando que já havia uma minuta de parecer o qual será
85 submetido ao Plenário na reunião de hoje; (v) outro ofício do Ministério Público encaminhou
86 cópia da portaria de Instauração de Inquérito Civil sobre a participação da Sociedade Civil e
87 outros usuários nas diversas instâncias do Comitê Alto Tietê com solicitações de documentos
88 e providências. Ofício de teor semelhante foi também recebido pelo Comitê PCJ, o que indica
89 a necessidade de uma resposta coordenada de ambos os Comitês. Amauri observou que o
90 CBH-AT atende à legislação estadual, contudo a legislação federal prevê outra forma de
91 participação da representação de usuários e sociedade civil. Esclareceu que esse ofício será
92 respondido em conjunto com o Comitê PCJ com auxílio da consultoria jurídica da Secretaria
93 de Saneamento e Recursos Hídricos; (vi) Também foi recebida cópia de ofício da CRHi

94 endereçado à FABHAT com orientações às Agências de Bacias relativas ao atendimento do
 95 Decreto 61466/2015, o qual dispõe sobre a admissão e contratação de pessoal na
 96 administração direta e indireta do Estado. A orientação da PGE é para que qualquer
 97 contratação das Agências de Bacias deverá obrigatoriamente obter as aprovações dos
 98 Secretários da Fazenda e do Planejamento e, também, do Governador. Informou que são
 99 estes os principais documentos, dentre outros expedientes, que estão dispostos
 100 temporariamente no site do Comitê e permanentemente na Secretaria Executiva. Comunicou
 101 que as próximas reuniões no âmbito deste Comitê, serão: (i) do Grupo Consultas Ambientais
 102 em conjunto com o Subcomitê Cotia-Guarapiranga, em 16/02, no Parque Francisco Rizo de
 103 Embu das Artes, para apresentação pela SABESP do EIA/RIMA da Reversão do Alto Juquiá
 104 para o Rio Santa Rita na Bacia do Guarapiranga, e a apresentação pela CETESB da análise
 105 para a compensação ambiental referente ao empreendimento Granja Tupy, em Itapecerica da
 106 Serra; (ii) da Câmara Técnica de Gestão de Investimentos, em 23/02 no SENAI Mario Amato
 107 em São Bernardo do Campo, para discussão e avaliação crítica sobre o processo de
 108 financiamento dos empreendimentos FEHIDRO 2015 e elaboração dos critérios para os
 109 empreendimentos FEHIDRO 2016. Amauri também informou ao Plenário sobre o andamento
 110 dos trabalhos relativos à elaboração dos critérios para seleção de indicação do Diretor
 111 Presidente da FABHAT e que, conforme orientação da última reunião Plenária, foi estipulado
 112 o prazo de 60 (sessenta) dias para que estes critérios fossem elaborados. Esclareceu que, de
 113 imediato, as providências foram tomadas, contudo, devido ao período de final de ano, houve
 114 dificuldade de mobilização dos representantes da CTPA e dos seis representantes indicados
 115 pelo Plenário que foram agregados à CTPA para essa tarefa. Foram realizadas reuniões em
 116 07/01, 21/01 e 11/02, além de duas visitas de benchmarking nas Agências de Bacia AGEVAP,
 117 em Resende, e do PCJ, em Piracicaba. Comunicou que dentro de 30 (trinta) o trabalho
 118 deverá estar concluído para então ser submetido à Plenária. Aberto às intervenções, Virgílio
 119 Alcides de Faria (MDV) questionou sobre o Plano Diretor e Projeto de Lei de São Paulo, pois
 120 de acordo com a Lei de Manancial geral, em seu Artigo 19, determina que o Projeto de Lei
 121 sobre uso e ocupação do solo deve passar, para análise e manifestação prévia do Comitê.
 122 Alegou que o Plano Diretor da capital não passou pelo Comitê. Questionou também sobre a
 123 Câmara Técnica de Planejamento e Articulação, no qual foi indicado como representante para
 124 o subgrupo, para contribuir com a elaboração do Edital, que estabelece critérios para
 125 selecionar o Diretor Presidente da FABHAT, com prazo para entregar os trabalhos em 13/02 e
 126 que agora está solicitando prorrogação de prazo. Roberto Terassi (ACISE) enfatizou a
 127 questão referente à FABHAT, devido à presidência ser exercida pelo Diretor Técnico há 6
 128 anos e meio, sendo que o mandato de Presidente da FABHAT é de dois anos. Falou sobre a
 129 insistência da Secretaria Executiva em criar critérios e mencionou que só haverá
 130 conhecimento do novo Presidente numa próxima gestão. Indagou também da insistência na
 131 contratação de empresa especializada em recursos humanos para tal contratação alegando
 132 irregularidade justificando que o cargo de Presidente é cargo de eleição e não de seleção.
 133 Esclareceu ainda que a AGEVAP, Agência do Comitê da Paraíba do Sul (CEIVAP), faz parte
 134 das notícias policiais, conforme informativo distribuído pelo Terassi ao plenário, mostrando-se
 135 indignado com a insistência do Comitê em postergar uma eleição que poderia já ser realizada
 136 entre os representantes ali presentes. Romildo Campello (São Paulo) esclareceu ao
 137 questionamento do Virgílio, em relação ao Plano Diretor de São Paulo, informando que já foi
 138 encaminhado ao Comitê. Romeu Baptista (Guarulhos) comentou que nos cargos técnicos a
 139 criação de critérios é natural e em relação à eleição de um presidente, do ponto de vista da
 140 democracia brasileira, qualquer pessoa que seja representante dentro do âmbito do CBH-AT
 141 deveria ter o direito de se eleger. Carlos Souza (ACISE) informou que esteve presente nas
 142 duas visitas feitas às Agências de Bacias e que ambas têm muito a contribuir, contudo, são
 143 modelos diferentes e esclareceu que a AGEVAP não segue a Lei estadual nº 10.020 e que

144 esta Lei é clara quando informa que o Presidente da Fundação deve ser eleito tanto pelo
 145 Plenário como pelo Conselho Deliberativo, e os critérios discutidos pela Câmara Técnica
 146 estão em demasia burocráticos e concordou que o Presidente deveria ser eleito pelo próprio
 147 Plenário do Comitê, sem ter que passar por todo o processo que está sendo feito, alegando
 148 que dentre os presentes nesta reunião há pessoas capacitadas para exercer a função de
 149 Diretor Presidente. Laura Stella (SMA) informou que o trabalho está sendo conduzido pela
 150 Câmara Técnica de Planejamento e não pelo Secretário do Comitê, e que nas várias reuniões
 151 que houveram para tratar do assunto foi colocada em votação a pertinência ou não da
 152 continuidade dos trabalhos, sendo aprovada a continuidade. Lembrou que foi aprovado pelo
 153 plenário deste Comitê a delegação para a Câmara Técnica em conjunto com o subgrupo
 154 formado por 6 representantes para estabelecer critérios para a seleção do Diretor Presidente
 155 da FABHAT. Esclareceu que ninguém está copiando os modelos das outras Agências
 156 mencionadas, e sim, fazendo uma série de requisitos para que se tenha uma pessoa neutra,
 157 sem vínculo político, que seja um profissional apto para trabalhar na Agência. Francisca
 158 Adalgisa (APU) esclareceu que as eleições na AGEVAP eram feitas de forma política e não
 159 eram estabelecidos critérios técnicos, o que acabou resultando em ações do Ministério
 160 Público Federal. Afirmou ainda que, para impedir o retorno desses acontecimentos, a
 161 AGEVAP adotou um critério para selecionar o diretor presidente por meio de Edital público,
 162 para que as pessoas que se sentissem aptas pudessem participar. No caso da FABHAT será
 163 uma seleção pública com critérios técnicos, à qual os membros deste Comitê poderão
 164 participar e o Plenário irá aprovar as indicações para que o Conselho Deliberativo possa fazer
 165 a eleição, conforme rege o Estatuto da Agência hoje. Gilson Guimarães (CETESB) informou
 166 que em nenhum momento, o Secretário deste Comitê e também coordenador da Câmara
 167 Técnica de Planejamento e Articulação, fez algum tipo de gestão pessoal ou qualquer outra
 168 coisa que venha em contradição à Deliberação do Plenário. Em relação ao material
 169 distribuído por Terassi, o qual trata de uma investigação do Ministério Público, esclareceu que
 170 é referente ao período de prestação de contas de 2011 a 2013 e que o processo seletivo
 171 ocorreu ao final de 2013. Gilson informou ainda que o Edital que está sendo preparado, pode
 172 ser alterado de “a” a “z”, portanto não segue na íntegra o Edital da AGEVAP. Benedito Rafael
 173 (Presidente do CBH-AT) solicitou o encerramento dessa discussão citando o inciso 23º do
 174 Artigo 4º do Estatuto do CBH-AT, no que compete ao Comitê: *“indicar o Diretor Presidente da
 175 FABHAT nos termos do inciso XVII, artigo 3º, da Lei nº 10.020, de 03 de julho de 1998,
 176 mediante critérios previamente estabelecidos em Deliberação específica”*. Alegou que o
 177 Estatuto está sendo devidamente obedecido e colocou em votação a prorrogação da
 178 finalização dos trabalhos da Câmara Técnica para 30 dias contados a partir da data atual.
 179 Terassi informou que a licitação entregue aos membros é a 002/2013 e diz com clareza “a
 180 contratação de Diretor Executivo”, portanto não tem nada a ver com Diretor Presidente.
 181 Amauri esclareceu que na AGEVAP o nome do cargo é de Diretor Executivo e aqui para nós
 182 é Diretor Presidente. Também esclareceu que o material está sendo utilizado apenas como
 183 referência e que o trabalho da Câmara Técnica não está concluído. Após intervenções, foi
 184 colocado em votação a prorrogação de 30 dias, dos trabalhos da Câmara Técnica de
 185 Planejamento e Articulação, que foi aprovado por unanimidade. **4. Assuntos à Deliberar:**
 186 **4.1. Deliberação nº 19, de 12/02/2016 – Aprova o parecer técnico sobre o EIA-RIMA das**
 187 **“Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da RMSP”**.
 188 Sr. Rafael solicitou à Marta Emerich para realizar a apresentação do empreendimento. Marta
 189 Emerich (Representante do Grupo de Trabalho Consultas Ambientais) mostrou ao Plenário
 190 apresentação que o empreendedor SABESP realizou ao GT Consultas em 13/01/2016,
 191 relativo ao EIA RIMA em questão. Mostrou que o empreendimento irá abranger os municípios
 192 de Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Bertioga. Informou que o projeto é estudado desde os
 193 anos 60 e há vários estudos desenvolvidos ao longo desse período até chegar à solução

194 adotada. Antigamente se faziam estudos de reservação com áreas muito extensas de
 195 reservatórios. Trata-se de um empreendimento com zero de área alagada e que não prevê
 196 desmatamento extenso, sendo este de 15 hectares, em região de mata atlântica e com
 197 qualidade das águas é muito boa (classe 1). Estão previstos programas de salvamento de
 198 fauna e flora, compensação da vegetação afetada, previsão de controle de erosão, e
 199 estabilidade de taludes por meio de cortes maciços e adjacentes, entre outras informações
 200 que podem ser visualizadas no site do comitê, através do link:
 201 <http://www.comiteat.sp.gov.br/index.php/2014-12-11-19-32-34>. Finalizou a apresentação concluindo que
 202 o empreendimento é ambientalmente viável e comunicou que a CTPA e o Grupo de Trabalho
 203 elaboraram a Deliberação e o Parecer Técnico, ora em apreciação. Leu integralmente ambos
 204 os documentos para o pleno entendimento do Plenário e colocou-se à disposição para as
 205 intervenções. Virgílio (MDV) destacou que o empreendimento está em área protegida por
 206 tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba. O artigo 261 da Constituição Estadual
 207 estabelece que a competência para fazer a gestão dessa área é do Conselho de Defesa do
 208 Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT e questionou se
 209 houve parecer desse órgão sobre o empreendimento, deferindo-o ou não, e, se deferiu, em
 210 quais condições. Questionou também sobre a compensação financeira justificando que não
 211 foi mencionada. Propôs ao Plenário que não aprove o empreendimento sem antes conhecer o
 212 parecer do CONDEPHAAT. Marta Emerich esclareceu que o CONDEPHAAT é um dos
 213 órgãos ouvidos no processo de licenciamento ambiental, assim como o CBH-AT. O
 214 Condephaat está sendo ouvido no âmbito do processo como um todo e seu parecer será
 215 incluído no documento final do CONSEMA. Carlos Souza (ACISE) questionou a manifestação
 216 do Comitê da Baixada Santista uma vez que está sendo retirada água desta Bacia e quais
 217 seriam os impactos ambientais. Concordou com o Virgílio, em conhecer as recomendações
 218 do CONDEPHAAT. Cristiane Cortez (FECOMÉRCIO) observou sobre uma das
 219 recomendações onde se diz “dar preferencia a fontes de energias renováveis nas instalações
 220 definitivas” e propôs para que também se priorize nas instalações provisórias. Claudete Marta
 221 (Fundação Florestal) comentou que a SABESP em atendimento à CETESB, alterou a regra
 222 operacional para vazão diferente do que consta no EIA-RIMA e questionou o procedimento
 223 que deverá ser adotado pelo CBH-AT ante tal situação. Esta alteração é sobre a vazão
 224 mínima a jusante do empreendimento, antes de 0,67 m³/s e que passou a ser de 1m³/s e
 225 questionou se há outras alterações. Gerson (IPT) comentou que há uma série de
 226 monitoramentos a serem realizados e se está contemplado que estes monitoramentos sejam
 227 realizados antes, durante e após o empreendimento. Questionou também se há
 228 monitoramento por batimetria. Marta (CETESB) confirmou a informação e complementou que
 229 o monitoramento de batimetria foi sugestão do próprio Grupo de Trabalho. Sandro Chagas
 230 (CIESP Guarulhos) questionou se há especificação do gerador no EIA RIMA. Marta informou
 231 que colocaria esta informação como sugestão. Vinícius (P.M. De Cajamar) questionou se
 232 serão mencionados os impactos que estavam sendo gerados e como seriam feitos os
 233 monitoramentos. Marta esclareceu que estavam previstos. Amauri sugeriu, como proposta de
 234 encaminhamento, que os relatórios de acompanhamento dos impactos ambientais, previstos
 235 no EIA RIMA, sejam encaminhados ao CBH-AT para conhecimento e, também, para o Comitê
 236 da Baixada Santista. Sugeriu também que complementemos a Deliberação com as
 237 considerações feitas sobre o parecer do CONDEPHAAT bem como com as considerações
 238 feita pela Cristiane Cortez, de se fazer a utilização de energias renováveis e de baixo impacto,
 239 mesmo provisoriamente. Vinícius (Cajamar) em relação a compensação financeira, informou
 240 que o município também deve fazer sua manifestação e que não é somente de competência
 241 do Comitê. Colocado em votação, **a Deliberação CBH-AT 19 de 12/02/2016, que aprova o**
 242 **parecer técnico sobre o EIA-RIMA das Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio**

243 **Itapanhá para abastecimento da RMPS foi aprovada com três abstenções.** Como não
244 houveram outros assuntos, a reunião encerrou-se às 11h56 min.